

após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

11 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Silvia Maria Santos Marques Alves*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Ferrão*.

#### **Anúncio n.º 5871-NJ/2007**

A Dr.ª *Silvia Maria Santos Marques Alves*, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1132/02.6PHLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido *Vitor Pedro Humberto Bragança Guedes*, filho de *Gilberto dos Anjos Guedes* e de *Maria Bernardete Bragança Guedes*, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Outubro de 1972, casado, titular do bilhete de identidade n.º 10150309, com domicílio na Rua Sá da Bandeira L Am 2 D, Bairro de Angola, Camarate, 2685 Camarate, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 2 de Julho de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 335.º n.º 3 do Código de Processo Penal, a anulabilidade todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e a proibição de o arguido obter ou renovar, junto das autoridades públicas, passaporte, bilhete de identidade, cartão de eleitor, carta de condução e de obter certidões ou registos (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

18 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Silvia Maria Santos Marques Alves*. — A Escrivã-Adjunta, *Rosário Mourato*.

#### **Anúncio n.º 5871-NL/2007**

A Dr.ª *Silvia Maria Santos Marques Alves*, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1271/05.1TALRS, pendente neste Tribunal contra o arguido *Manuel José Prudêncio de Oliveira*, filho de *Jaime Joaquim Ledo de Oliveira* e de *Ivone Vitória Prudêncio*, natural de Sousel, Sousel, Sousel, de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Janeiro de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10467171, com domicílio na Ilha do Faial, Pátio de Oliveira Mota, Pontinha, 2675 Pontinha, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 13 de Fevereiro de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 335.º n.º 3 do Código de Processo Penal, a anulabilidade todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial que o arguido venha a celebrar após esta declaração (artigo 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e a proibição de o arguido obter ou renovar, junto das autoridades públicas, passaporte, bilhete de identidade, cartão de eleitor, carta de condução e de obter certidões ou registos (artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

20 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Silvia Maria Santos Marques Alves*. — A Escrivã-Adjunta, *Rosário Mourato*.

### **4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE PEQUENA INSTÂNCIA CRIMINAL DE LOURES**

#### **Anúncio n.º 5871-NM/2007**

A Dr.ª *Maria Emília Charro*, juíza de direito do 4.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Loures, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 71/04.0PTLRS, pendente neste Tribunal contra o arguido *Juvêncio Correia Custódio Talhadas*, filho de *Leonel Custódio Talhado* e de *Constança Nunes Correia Talhado*,

natural da Guiné-Bissau, de nacionalidade portuguesa, nascido em 29 de Novembro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10758025, com domicílio na Rua 25 de Abril, 2, 2.º, esquerdo, 2685 Alverca, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 4 de Dezembro de 2003, por despacho de 10 de Maio de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

13 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Emília Charro*. — A Escrivã Auxiliar, *Ana Lisboa*.

### **1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA**

#### **Anúncio n.º 5871-NN/2007**

O Dr. *Manuel António Neves Moreira*, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lousada, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 543/05.0GALSD, pendente neste Tribunal contra o arguido *Vasyl Babiy*, com domicílio na Rua Marouços, Santa Cristina do Couto, 4780 Santo Tirso, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência qualificada, previsto e punido pelo artigo 22.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro, com referência aos artigos 26.º e 348.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, praticado em 14 de Junho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz em 6 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

11 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Manuel António Neves Moreira*. — O Escrivão-Adjunto, *Sérgio Santos*.

### **2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA**

#### **Anúncio n.º 5871-NO/2007**

A Dr.ª *Ana Gavancha Nogueira*, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Lousada, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 217/01.0TBLSD, pendente neste Tribunal contra o arguido *Amorim Pinto da Cunha*, com domicílio no lugar de Sobreiras, Tresouras, Baião, 4640 Baião, por se encontrar acusado da prática do crime de detenção ilegal de arma, previsto e punido pelo artigo 6.º, da Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, sendo por despacho de 11 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido acima indicado ter falecido em 4 de Fevereiro de 2007.

25 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Gavancha Nogueira*. — A Escrivã-Adjunta, *Liseta Silva*.

### **3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MAIA**

#### **Anúncio n.º 5871-NP/2007**

A Dr.ª *Rosa de Jesus Teixeira Alves*, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 9/02.0ZFPRT, pendente neste Tribunal contra a arguida *Adriana Porras Correa*, filha de *Ediberto Porras* e de *Fabeolas Correa*, natural da Colômbia, de nacionalidade colombiana, nascida em 20 de Março de 1979, casada, com domicílio em La Virgínia, Carrera II, 1614, Bairro Progresso, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, 256.º, n.º 1, alínea c), e n.º 3, todos do Código Penal, praticado em 6 de Junho de 2002, foi a mesma declarada contumaz, em 3 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de

Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

#### Anúncio n.º 5871-NQ/2007

A Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 4/03.1ZFPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Walter Eduardo Luna Rengel, filho de Ovidio Luna e de Melania Rengel, natural do Equador, de nacionalidade equatoriana, nascido em 13 de Novembro de 1970, solteiro, engenheiro, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 110297511-5, com domicílio na Calle Bolívar 009, Barrio San Roque, Canton, Quitanga, Provincia Loja, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a) e 256.º, n.º 1, alínea c) e n.º 3, ambos do Código Penal, praticado em 20 de Janeiro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

#### Anúncio n.º 5871-NR/2007

A Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 10/03.6ZFPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Igor Paseka, filho de Ivan Paseka e de Olga Paseka, natural da Ucrânia, de nacionalidade ucraniana, nascido em 15 de Junho de 1980, solteiro, mecânico, com domicílio na Rua Montevideu, 14, rés-do-chão direito, 5370 Mirandela, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a), e 256.º, n.º 1, alínea c), e n.º 3, ambos do Código Penal, praticado em 4 de Março de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

18 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

#### Anúncio n.º 5871-NS/2007

A Dr.ª Rosa de Jesus Teixeira Alves, juíza de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca da Maia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 5/00.1ZFPRT, pendente neste Tribunal contra o arguido Freddi Gustavo Veja Cueva, filho de Segundo Veja Neira e de Jeovina Cueva, natural do Equador, de nacionalidade equatoriana, nascido em 7 de Novembro de 1953, solteiro, engenheiro, com domicílio na Avenida Real Audiência, 55, 198 Quito, por se encontrar acusado da prática de um crime de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea c), e n.º 3, do Código Penal, praticado em 25 de Janeiro de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Julho de 2007, nos termos do artigo 335.º do

Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

18 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa de Jesus Teixeira Alves*. — O Escrivão-Adjunto, *Carlos Alberto de Sousa Kasprzykowski*.

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

#### Anúncio n.º 5871-NT/2007

A Dr.ª Carla Rafael, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 149/97.5GDLRA, antes identificado com o n.º 26/99, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos José Rolo Gonçalves, filho de Francisco Gonçalves Saino e de Emília da Silva Rolo, natural de Leiria, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Março de 1975, Rua Padre António Vieira, 11, 2400 Leiria, por se encontrar acusado da prática de um crime por despacho de 4 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código do Processo Penal.

5 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Rafael*. — A Escrivã Auxiliar, *Maria de Fátima Martins Felicidade André*.

#### Anúncio n.º 5871-NU/2007

A Dr.ª Carla Rafael, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca da Marinha Grande, faz saber que, no processo abreviado n.º 269/99.IPAMGR, pendente neste Tribunal contra o arguido Vítor Manuel Neves da Costa, filho de José António da Costa e de Zulmira das Neves Costa, natural da Marinha Grande, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Dezembro de 1970, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 9559947, com domicílio na Rua dos Eucaliptos, 34, Ordem, 2430 Marinha Grande, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 6 de Maio de 1999 e um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 6 de Maio de 1999, por despacho de 26 de Julho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido ter procedido ao pagamento da pena de multa em que foi condenado, tendo a mesma já sido declarada extinta.

27 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Rafael*. — A Escrivã-Adjunta, *Cristina Isabel S. G. Pereira*.

### 1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE MATOSINHOS

#### Anúncio n.º 5871-NV/2007

O Dr. Hélder Elias Claro, juiz de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Matosinhos, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 11/94.3TBMTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim Jorge Brandão Mourão, filho de Joaquim António Borges Mourão e de Cidália Pereira Brandão, natural de Argela, Caminha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Dezembro de 1965, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 7423333, com domicílio no lugar de Marinhãs, Vilar de Mouros, 4910-585 Caminha, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 24 de Maio de 1994, por despacho de 12 de Junho de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos